

SP obtém US\$ 248,3 mi para eletrificação de ônibus

Crédito do BID prevê compra de veículos e melhorias na gestão pública

Da **Redação**

A Prefeitura de São Paulo formalizou um contrato de financiamento de US\$ 248,3 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para ampliar a eletrificação da frota municipal de ônibus. Os recursos deverão subsidiar a aquisição de aproximadamente 582 veículos elétricos e financiar medidas de gestão, planejamento e monitoramento do transporte público.

O empréstimo integra o Programa de Redução de Emissões de Gases Poluentes por meio da Eletrificação da Frota de Ônibus. Além da incorporação dos novos coletivos, o projeto prevê a compra de ferramentas digitais, a elaboração de estudos técnicos e a adoção de mecanismos para acompanhar o funcionamento do sistema.

A liberação dos recursos será dividida em cinco parcelas ao longo de cinco anos, contados a partir da entrada em vigor do contrato. Cada desembolso

dependerá do cumprimento de condições estabelecidas no acordo e da comprovação dos resultados previstos. A avaliação será realizada por uma entidade independente.

Entre os indicadores que serão considerados estão a quantidade de ônibus elétricos em circulação e o número de passageiros registrados na plataforma de Mobilidade como Serviço, conhecida pela sigla MAAS. O sistema reúne informações e recursos dos diferentes meios de transporte disponíveis.

O contrato estabelece metas para reduzir o tempo de resposta na adequação da oferta de ônibus à demanda dos passageiros por meio do Sistema Integrado de Gestão, Monitoramento e Análise, o SIGMA.

São Paulo conta atualmente com 1.759 ônibus elétricos, segundo dados divulgados pela Prefeitura. Com a aquisição prevista, a frota poderá ultrapassar 2,3 mil veículos movidos a eletricidade. A incorporação dependerá da execução do con-



trato, do cumprimento das metas e dos processos de compra.

O município será responsável pela execução do programa por meio da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte, com apoio técnico da São Paulo Transporte, a SPTrans. O extrato do Contrato de Empréstimo nº 5989/OC-BR foi publicado no Diário Oficial da Cidade nesta segunda-feira (31).

O documento foi assinado em 25 de agosto pelo secretário municipal da Fazenda, Luis Felipe Vidal Arellano, e pela representante do BID no Brasil, Annette Bettina Killmer. A operação tem garantia da União, conforme acordo firmado entre o governo federal e o BID.

O pagamento terá carência de 72 meses para a primeira

parcela de amortização. A quitação deverá ocorrer em até 15 anos após a assinatura, por meio de prestações semestrais previstas para janeiro e julho. As condições financeiras, como juros e encargos, não foram informadas pela Prefeitura.

Antes do primeiro repasse, o município deverá cumprir exigências previstas no contrato. Entre elas estão a aprovação e a entrada em vigor do Regulamento Operacional do Programa, além da designação ou contratação de um coordenador e de um especialista ambiental.

A Prefeitura deverá contratar uma instituição verificadora e aprovar um plano de ação para otimizar a infraestrutura de recarga dos ônibus. Outra condição é a existência de uma

unidade estruturada de gestão de riscos dentro da SPTrans.

A eletrificação é uma das medidas para reduzir a emissão de poluentes. Os veículos não liberam gases pelo escapamento durante a operação, mas sua implantação exige garagens adaptadas, pontos de recarga, fornecimento de energia e planejamento para evitar impactos na prestação do serviço.

O contrato não detalha o cronograma de entrega dos aproximadamente 582 ônibus nem informa como os veículos serão distribuídos entre as empresas concessionárias e as regiões da cidade. Essas definições deverão ocorrer durante a execução do programa e conforme as condições estabelecidas para cada desembolso.

O empréstimo integra o Programa de Redução de Emissões de Gases Poluentes

Câmara debate uso de drones em entregas em SP

Da **Redação**

A Comissão Extraordinária de Inovação, Tecnologia e Cidade Inteligente da Câmara Municipal de SP discutiu, nesta segunda-feira (31), o uso de drones no transporte de pedidos. Representantes do iFood e da Speedbird Aero apresentaram o funcionamento da tecnologia, experiências em outras cidades e possíveis aplicações na logística urbana da capital.

O iFood informou que mantém uma operação em Barueri, na Região Metropolitana de São Paulo, autorizada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em pontos determinados. Nesse modelo, o drone transporta a mercadoria até uma área de retirada, onde um entregador assume o deslocamento até o endereço do consumidor.

Segundo a empresa, a inicia-

tiva é utilizada em um condomínio localizado às margens de uma rodovia. O objetivo é evitar o percurso mais longo que seria necessário por via terrestre. A companhia avalia consolidar a experiência em Barueri antes de apresentar uma proposta de operação para a cidade de SP.

A plataforma afirmou que o transporte aéreo pode reduzir o consumo de combustível e encurtar trajetos. A tecnologia ainda não permite que os pedidos sejam entregues diretamente na residência dos clientes. A etapa final continua sendo realizada por entregadores.

Responsável pelo desenvolvimento e pela operação das aeronaves, a Speedbird Aero explicou que analisa as características de cada local antes de definir as rotas. Os drones pertencem à empresa, que realiza os processos de homologação



Colegiado debateu perspectivas da utilização na de Drones na logística de SP

com órgãos responsáveis.

De acordo com a companhia, uma aeronave pode transportar de três a cinco pedidos simultaneamente. Uma das alternativas em análise é a instalação de centros de distribui-

ção em locais como shopping centers. Nesses pontos, os entregadores receberiam as mercadorias para fazer entrega.

A legislação atual exige a presença de um operador responsável pelo acompanhamento

dos voos, embora os equipamentos tenham capacidade de navegação autônoma. A eventual implantação do serviço na capital ainda depende de estudos técnicos, definição de rotas e análise das normas de segurança e de circulação aérea.

Durante a reunião, vereadores defenderam a discussão de regras específicas para o serviço em São Paulo. Entre os fatores citados estão a população da cidade, o volume de veículos, os congestionamentos e a movimentação de helicópteros no espaço aéreo paulistano.

A comissão recebeu informações sobre um projeto-piloto de totem de acessibilidade que deverá ser instalado na Câmara. O equipamento terá orientações para auxiliar pessoas com deficiência a localizar salas, gabinetes e outros espaços do Legislativo com maior autonomia.